

## RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 10/03/2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

**Fernanda Feijó**

Ciências Sociais e ensino médio: formação para a  
vida civil e cultura política democrática



Araraquara, março de 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

**Fernanda Feijó**

## Ciências Sociais e ensino médio: formação para a vida civil e cultura política democrática

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP, sob a orientação do Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Milton Lahuerta, como requisito para a obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Bolsa:** CAPES

Araraquara, março de 2017

Feijó, Fernanda

Ciências Sociais e ensino médio: formação para a  
vida civil e cultura política democrática / Fernanda  
Feijó – 2017

168 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Milton Lahuerta

1. Ensino de Sociologia. 2. Cultura Política. 3.  
Educação Política. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

# Fernanda Feijó

## Ciências Sociais e ensino médio: formação para a vida civil e cultura política democrática

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Milton Lahuerta

**Bolsa:** CAPES

**Data da defesa:** 10/03/2017

### MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

**Presidente e Orientador:** Prof. Dr Milton Lahuerta  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martell  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Eva Aparecida da Silva  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Carlota Boto  
Universidade de São Paulo - USP

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Aos amores maiores da  
minha vida: José Carlos,  
Roseny e Cláudia.

## Resumo

A presente pesquisa busca pensar a relação entre a formação de uma cultura política democrática e a educação formal, refletindo qual seria o papel do ensino das ciências sociais nesse contexto. Nossa hipótese pressupõe que um tipo de instrução que estimule a educação política poderia criar caminhos para o desenvolvimento de maior qualidade na democracia participativa, podendo a Sociologia, enquanto disciplina do currículo escolar, contribuir grandemente para essa perspectiva de educação. Tal trabalho pretende apontar essa perspectiva educacional a partir da constatação de que vivemos sob uma cultura política de caráter autoritário, que não favorece o funcionamento de uma democracia plena, pensada em seus aspectos políticos e sociais. Tal cenário foi identificado a partir da conjunção de uma perspectiva histórica de autoritarismos na qual os direitos sociais foram construídos com pouca participação popular, dentro de contextos nos quais a lógica de mercado sempre assume importância maior dentro da nação. Nesse sentido, faz-se relevante refletir acerca de uma educação voltada ao aperfeiçoamento da democracia, à qualificação do debate político e à coletividade, buscando enfrentar o individualismo e a apatia política. Nesse trabalho buscamos, portanto, estabelecer a necessária relação entre uma proposta de educação de qualidade na qual a Sociologia seja disciplina proeminente e a formação de uma cultura política voltada ao aperfeiçoamento da democracia.

**Palavras-chave:** Ensino de Sociologia, Ensino Médio, Cultura Política, Educação Política.

## **Abstract**

This research aims to consider the relation between the formation of a democratic civic culture and formal education, reflecting on the role teaching social sciences has in this context. Our hypothesis assumes that a type of education that stimulates political education could create ways to develop higher quality participatory democracy, and Sociology, as a discipline of the school curriculum, may contribute greatly to this perspective of education. This work intends to point out this educational perspective based on the fact that we live under a political culture of authoritarian character, which does not favor the functioning of a full democracy, as it is considered in its political and social aspects. Such a scenario was identified from the conjunction of a historical perspective of authoritarianism in which social rights were constructed with little popular participation, within contexts in which market logic always assumes greater importance within the nation. In this sense, it is relevant to reflect on an education aimed at perfecting democracy, at the qualification of the political debate and the collective, seeking to combat individualism and political apathy. In this work, we seek to establish the necessary relationship between a proposal of quality education in which Sociology is a prominent discipline and the formation of a civic culture aimed at perfecting democracy.

**Key-words:** Sociology of Teaching, High School, Civic Culture, Political Education

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1 –Modernidade radicalizada e capitalismo contemporâneo. ....</b>	<b>12</b>
1.1 – O avanço do Capitalismo nas últimas décadas do século XX e início do XXI...	12
1.2 – Caracterização da Modernidade Tardia/ Radicalizada/Líquida .....	24
1.3– Consequências dessa “nova” configuração da modernidade .....	36
<b>Capítulo 2 - Cultura Política .....</b>	<b>42</b>
2.1 – Democracia e Cultura Política.....	42
2.2 - Brasil: particularidades da periferia. ....	54
2.3 – Os problemas da Cultura Política no Brasil.....	61
2.4 – Cultura Política e Educação para a democracia .....	72
<b>Capítulo 3 – A importância e os desafios do Ensino de Sociologia .....</b>	<b>79</b>
3.1 – O papel das Ciências Sociais como forma de conhecimento.....	80
3.2 – O ensino das Ciências Sociais na educação básica (através da disciplina Sociologia): limites e possibilidades .....	90
3.3 – Ensino das Ciências Sociais para a formação democrática .....	107
<b>Capítulo 4 – A Educação Política e o Projeto Parlamento Jovem .....</b>	<b>115</b>
4.1 – A educação política voltada para a democracia.....	115
4.2 – A experiência do Parlamento Jovem em Araraquara.....	122
4.2.1 - A primeira edição do Parlamento Jovem de Araraquara – SP .....	123
4.2.2 – As edições seguintes – 2015 .....	128
4.2.3 - A pesquisa sobre o comportamento político dos jovens. ....	131
4.3 – A colaboração de iniciativas como as do Parlamento Jovem para o ensino das Ciências Sociais: desafios e perspectivas. ....	135
4.3.1 – Outras experiências de Parlamento Jovem.....	135
4.3.2 – Sobre a relação entre Parlamento Jovem e Ensino de Sociologia .....	142
<b>Considerações finais.....</b>	<b>146</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>151</b>
Documentos Oficiais .....	158
<b>ANEXOS.....</b>	<b>159</b>
Anexo A - Questionário – Projeto Parlamento Jovem 2014 – Ensino Fundamental .....	160
Anexo B – Questionário – Projeto Parlamento Jovem 2015 – Ensino Fundamental.....	161
Anexo C - Questionário – Projeto Parlamento Jovem 2015 – Ensino Médio .....	162
Anexo D – Textos utilizados na Pré-Vivência das edições de 2015 .....	163
<b>Anexo E – Texto elaborado pelos Vereadores Suplentes – Ensino Fundamental.....</b>	<b>167</b>

**Anexo F - Texto elaborado pelos Vereadores Suplentes – Ensino Médio.....168**

## Introdução

O presente trabalho não é fruto apenas do trabalho intelectual realizado atrás dos muros da universidade. Ele também reflete um conjunto de experiências de práticas docente, que acompanharam o exercício intelectual ao longo dos anos dedicados a essa pesquisa. Durante esse trajeto, tive a grata oportunidade de lecionar para a graduação em Ciências Sociais – mais especificamente nas disciplinas de licenciatura -, onde pude observar de perto o processo de formação de professores de Sociologia; também ingressei na rede pública de ensino como docente de ensino médio e tive uma experiência de educação não-formal junto ao Projeto Parlamento Jovem. Todas essas atividades foram fundamentais, juntamente com a pesquisa teórica, para a elaboração do trabalho que se segue.

Desse modo, para a construção dessa tese foi impossível dissociar teoria e prática. Certamente busquei desenvolver o distanciamento necessário do objeto, visando o rigor teórico e metodológico que uma pesquisa científica deve ter, tarefa que espero ter cumprido a contento. Porém, dentro da perspectiva de uma sociologia engajada, como propõe Burawoy (2005) não pude evitar que transparecesse no texto, em alguns momentos, o engajamento em termos de pensar minha prática cotidiana, pois de fato, ela está justamente ligada à ideia de realizar um trabalho voltado à construção de um ambiente de tolerância e construção de valores democráticos junto aos alunos do ensino médio.

O que move esse trabalho, portanto, é a preocupação com uma educação de qualidade e o interesse pelo ensino de sociologia; com base na prática docente tanto no ensino formal como no informal. Além disso, a constatação ao longo do estudo do doutorado de que a cultura política é fator relevante da análise do funcionamento da sociedade democrática, e que em suas problemáticas podemos encontrar causas da fragilidades da democracia. Dessa relação nasceu a perspectiva de contribuir para o fortalecimento do regime democrático através da qualificação da cultura política por meio da educação dos jovens, visando começar desde cedo a inculcar nos estudantes valores cívicos e de valorização da coletividade e da democracia.

Os dois primeiros capítulos da tese tratam de um debate mais teórico acerca da modernidade e da questão da cultura política, delimitando as escolhas metodológicas do trabalho. Enquanto os dois últimos estão mais voltados para a análise do ensino de

sociologia e do Projeto Parlamento Jovem, estes vistos como experiências importantes para se pensar a construção de valores cívicos e uma cultura política democrática.

Desse modo, o primeiro capítulo inicia-se com a realização de uma análise acerca do atual estágio da modernidade e de sua relação com o capitalismo contemporâneo. Num primeiro momento, a discussão é centrada numa Análise mais histórica dos condicionantes do capitalismo na virada do século XX para o XXI que levaram à nova configuração da Modernidade visando compreender os condicionantes econômicos dessa transição da “velha” para a “nova” modernidade, a partir da constatação da crise do capitalismo na década de 1970 como impulsionadora do neoliberalismo, sistema que dará a tônica ao funcionamento do capitalismo dali em diante. Em seguida, passamos o foco para a caracterização da Modernidade Tardia/ Radicalizada/Líquida, conceito multifacetado e complexo que buscamos compreender a partir de um arcabouço teórico que envolve diversas nuances como a questão da individualização, da ambivalência, do risco, da insegurança e da fluidez da modernidade. Fechamos o primeiro capítulo relacionando esses dois aspectos da modernidade, visando demonstrar quais as consequências dessa hipermodernidade conjugada com as questões colocadas pelo capitalismo neoliberal para as questões coletivas, as relações políticas e com a democracia e como tais relações são configuradas nas regiões de capitalismo periférico, caso do Brasil.

O segundo capítulo trata das questões relativas ao estudo da cultura política, buscando fazer uma revisão do significado desse conceito como importante ferramenta de qualificação da democracia. Para tanto, iniciamos o capítulo realizando uma análise da necessária relação entre cultura política e democracia, levantando o debate acerca da necessidade de se pensar a qualidade democrática para além do funcionamento das instituições, levando-se em consideração também as questões relativas ao sistema sociocultural que influencia as instancias de decisão e participação dos indivíduos. Dando prosseguimento, focamos no caso do Brasil, relatando como se deu a construção da nossa cultura política antidemocrática e quais efeitos e consequências tal herança traz até os dias atuais para o funcionamento do nosso sistema democrático. Fechamos o capítulo, refletindo sobre a necessidade de uma formação qualificada dos indivíduos em termos de uma educação política que possa fazer com que recuperemos a civilidade necessária para a valorização do nosso sistema democrático.

O terceiro capítulo, como já aventado, tem um caráter mais empírico, voltado para a investigação dos desafios que permeiam o Ensino de Sociologia no nível médio de

escolarização, pensando a educação voltada ao exercício da cidadania. Para tanto, iniciamos o capítulo debatendo o papel das Ciências Sociais como forma de conhecimento, pensando-as tanto enquanto disciplina escolar como também um *locus* privilegiado de produção científica acerca do social, com potencial de estranhar e desnaturalizar a realidade. Em seguida, o foco é direcionado para compreender qual o lugar conquistado pela disciplina no currículo escolar brasileiro, discutindo-se as dificuldades e resistências enfrentadas pela Sociologia, bem como as conquistas conseguidas desde a sua institucionalização como disciplina obrigatória em 2008. Por fim, aproximamos o ensino de sociologia da formação democrática e cidadão, buscando relacionar elementos que a qualifiquem como uma ferramenta de educação política que possa colaborar com a valorização da coletividade e do cultivo de valores de tolerância e respeito.

Por fim temos o quarto e último capítulo, no qual buscamos identificar como poderia se dar a colaboração da educação política para esse processo de formação democrática dos jovens, e em que medida o ensino das ciências sociais pode se beneficiar de experiências exitosas, como o caso do Parlamento Jovem de Araraquara. Iniciamos a discussão, identificando o que seria a educação política voltada à valorização da democracia, da tolerância e do respeito. Em seguida, faço um relato acerca do Projeto Parlamento Jovem de Araraquara, realizado entre os anos de 2014 e 2015, do qual participei enquanto pesquisadora do Laboratório de Política e Governo da UNESP. Nesse ponto, faço a ressalva de que ao falar do referido projeto, estou falando a partir da minha perspectiva enquanto pesquisadora integrante do projeto. Ou seja, todas as minhas impressões durante todas as etapas de todas as edições estarão fortemente presentes, uma vez que, nesse caso não tenha sido possível um distanciamento metodológico estrito. Finalizamos o capítulo, e também o trabalho, identificando de que forma pode se dar a colaboração de iniciativas como essas para o ensino das Ciências Sociais na educação básica em termos de desafios e perspectivas da educação política em sala de aula.

## Considerações finais

Começo essas considerações certa de que não se trata de uma conclusão, afinal ainda há muito que se discutir acerca da possibilidade de avançarmos democraticamente a partir de uma educação de qualidade voltada à formação de valores cívicos e ao fortalecimento de uma cultura política democrática. Mesmo com a finalização da pesquisa, muitas ainda serão as questões que poderão ser mobilizadas dentro dessa complexa e necessária relação entre Cultura Política, educação para a democracia e o ensino de Sociologia.

Podemos constatar que passamos por uma era muito complexa, de fato. Seja ela denominada pós-modernidade, modernidade radicalizada, tardia, líquida, uma coisa é fato: está tornando o mundo cada vez mais complexo, difícil de entender, tanto cientificamente, quanto cotidianamente. Estamos cada vez mais envolto na rapidez, envolvidos com as novas tecnologias, propensos ao consumismo e acostumados com as consequências trazidas pelo processo de globalização. Essas características se aprofundam mais e mais a cada dia e têm uma relação estreita e inegável com as transformações econômicas das últimas décadas.

O capitalismo como vêm se configurando, de mãos dadas com o novo liberalismo, torna a modernidade ainda mais complexa. E aí temos tanto as vantagens com todo o comodismo de que podemos esperar de uma vida hipermoderna, quanto as desvantagens – essas sim graves e marcantes e que podem atrapalhar a nossa vida sobremaneira. Embora estejamos tão ensimesmados por conta da cultura do individualismo que não estejamos nos dando conta disso tudo.

Desse modo, podemos afirmar que o avanço do neoliberalismo está relacionado com o advento da hipermodernidade que traz muitas questões como instabilidade, fim da ideia de que existem certezas às quais nos podemos fiar, incerteza por conta dessa instabilidade que vai gerar insegurança para agir no mundo. Por outro lado, ganhamos em termos de autonomia, liberdade, mobilidade – nunca foi tão fácil ir tão longe em tão pouco tempo com as benesses trazidas pela globalização - , conhecimento e informação ilimitada. Porém essa modernidade radicalizada/líquida/tardia traz também o fenômeno da reflexividade, que leva os indivíduos a refletirem muito mais sobre tudo em volta de si, fazendo com que a subjetividade acabe por predominar sobre os seus papéis sociais. Nesse sentido, o indivíduo acaba se fechando ao coletivo e esvaziam-se de sentido as

instituições tradicionais. Não necessariamente o individualismo é ruim, pelo contrário, pode-se considerar que o avanço no processo de individualização traz mais autonomia para as pessoas.

Porém, principalmente nas periferias do mundo, a ideia da individualização é traduzida em rejeição à coletividade. Crises econômicas e políticas – não resolvidas pela promessa de auto-regulamentação dos mercados neoliberais geram desconfiança por parte da população com relação à política e suas instituições. Desse modo, há um incentivo, devido à complexidade do capitalismo moderno com todas suas características ambíguas, para a negação das questões que dizem respeito ao que é coletivo dentro da sociedade. Quando essas características são exacerbadas em sociedades, como a brasileira, com heranças mal resolvidas de escravidão e autoritarismo, temos como resultado uma cultura política autoritária.

Um conjunto de valores autoritários, inculcados dentro da sociedade já caracterizada como extremamente complexa, presente não só na política e nas suas instituições, mas também na forma como os indivíduos se relacionam com a sociedade como um todo. Basta observar a crise de incivilidade e violência cotidiana, fácil de acompanhar pelos meios de comunicação em massa, onde surgem notícias de intolerância, preconceito e violência vinte e quatro horas por dia.

Tal cenário é fruto da incapacidade de cultivar valores como tolerância e apreço pelo próximo, e de pensar alternativas conjuntamente levando-se em conta as questões referentes à coletividade. Já somos uma democracia há mais de 30 anos, porém ainda não podemos nos considerar um país democrático de fato, nossa democracia ainda é frágil, justamente por conta dessa herança autoritária que domina nossa cultura política.

Temos uma gama de direitos reconhecidos e garantido pela nossa Magna Carta, promulgada a menos de 30 anos, mas tais direitos não são cumpridos e realizados na prática. De um lado, portanto, temos uma população cujos direitos não são respeitados e que sofrem sem condições de acesso a elementos básicos para se ter uma vida digna como saúde, educação, moradia, etc. Por outro lado, cada vez mais a sociedade requer o reconhecimento de diferentes classes de direitos, mas não confiam nas instituições e no corpo coletivo do social para dar sua contrapartida e assumir seus deveres e suas responsabilidades para com a coletividade e a sociedade.

Estamos passando por um momento de caos social e político, buscando uma solução ou, ao menos, caminhos que possam nos indicar uma possibilidade de superar tantas dificuldades e problemas.

Acreditamos ser a educação política um desses caminhos. É acerca disso que trata esse trabalho, valorizar uma educação voltada ao fortalecimento da democracia ou, ainda, do desenvolvimento de uma cultura política democrática, privilegiando, para isso, o ensino de Ciências Sociais no nível médio de escolarização básica, que ocorre por meio da disciplina sociologia.

Recorremos aqui ao ensino da Sociologia por considerar relevante sua presença no currículo, tendo em vista seu objetivo primordial de desenvolver nos jovens estudantes a desnaturalização e o estranhamento da realidade, tal como previsto nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM – BRASIL, 2006). O valor do ensino da disciplina, podemos afirmar, reside na possibilidade que o conjunto de ciências ao qual ela se referencia – as ciências sociais – possibilitam a compreensão da sociedade enquanto construção sociocultural e também pensa-la criticamente através dessa ferramentas metodológicas. Desse modo, a Sociologia pode ser um importante instrumento à serviço de uma educação política, através da apropriação de temas, conceitos e teorias da área da ciência política que podem ser desenvolvidos através de adaptações e recursos didáticos para o trabalho com os adolescentes em sala de aula.

Elegemos como experiência exitosa e desejosa de ser seguida, o projeto Parlamento Jovem de Araraquara, do qual participei enquanto integrante do Laboratório de Política e Governo da UNESP. Tal escolha foi feita, justamente, pela proximidade e envolvimento que tive com o projeto durante os anos de 2014 e 2015, quando realizamos as três edições do PJ.

O que torna o Parlamento Jovem algo tão valoroso em termos de um modelo de educação política foi a percepção, por parte da equipe de pesquisadores responsável pelo projeto, de que houve um envolvimento e um interesse ímpares por parte dos jovens, revelados em todas as etapas de realização do projeto. Os alunos se interessavam pelos conteúdos – temas da ciência política – das aulas teóricas, propunham questões que alimentavam ricos debates, e no momento de elaborar propostas na oficinas práticas demonstravam um grande interesse pelas questões do município, sobretudo aquelas que eles sentiam não estarem contempladas dentro do seu universo juvenil. Durante as sessões mirins era nítido o quanto os vereadores jovens e seus suplentes se sentiam empoderados e cientes da importância daquele momento e de sua participação política.

Desse modo, pudemos ter a compreensão do quanto esse modelo de educação política pode motivar o jovem a se envolver com questões relacionadas à participação e

à cidadania ativa, precisando apenas do estímulo certo, do espaço necessário e do reconhecimento enquanto um sujeito autônomo e capaz de falar por si.

Tendo em vista o contexto apresentado nos dois primeiros capítulos desse trabalho, compreendemos ser urgente a rotinização desse tipo de educação, visando buscar alternativas que possam apontar caminhos para a efetiva democratização da sociedade brasileira. Em momentos de crise como o que passamos agora – crise política, social e econômica – é preciso realizar esforços nesse sentido, de buscar opções para superar tal situação.

O que propusemos, portanto, ao longo desse trabalho, foi a utilização de experiências exitosas como o Parlamento Jovem, como um modelo de educação política que possa ser desenvolvido com jovens estudantes em sala de aula através da disciplina sociologia.

Porém, é preciso destacar que para além de defender a educação política através do ensino das ciências sociais, é preciso também defender a Sociologia enquanto disciplina escolar, uma vez que a burocracia estatal ameaça a permanência da sociologia no ensino médio por meio da Reforma aprovada em fevereiro de 2017. A disciplina já está sendo cotada para ser transformada, juntamente com a filosofia, mais uma vez - como já ocorreu na década de 1990 – em tema transversal a ser tratado por outras disciplinas.

Sabemos que, se isso se tornar realidade, os conhecimentos das ciências sociais não serão absorvidos por outras disciplinas, e todo o arcabouço teórico e prático construído nos últimos 9 anos em que a Sociologia manteve-se como disciplina obrigatória – considerando-se as pesquisas científicas, a produção de material didático, as experiências exitosas - será desconsiderado em termos de educação escolar.

Cada vez mais o ensino buscado é o de formação técnica, para o trabalho. A reforma do ensino médio mais uma vez impõe a clássica dicotomia – que a LDB de 1996 pretendia abolir – de separação da escolarização entre ensino técnico e ensino preparatório para o vestibular. Temos acompanhando através da mídia e das redes sociais uma desvalorização cada vez maior do tipo de ensino que buscamos defender nesse trabalho: o ensino de valores democráticos, que estimulem a crítica e participação para a construção de uma sociedade mais cívica e voltada ao interesse do coletivo.

Pelo contrário, têm surgido iniciativas de projetos de lei que visam coibir o debate político em sala de aula, como as iniciativas da chamada “Escola sem partido”, tramitando

na Câmara dos deputados, no Senado e em várias assembleias legislativas e câmara municipais de capitais de vários estados.

Nesse contexto, podemos perceber que a educação para a democracia, portanto, faz-se urgente, mas só funcionará quando tivermos mudança na estrutura educacional do país como um todo. Florestan Fernandes (1977) já nos alertava com relação a isso na década de 1950.

De lá pra cá, continuamos a desenvolver uma cultura política autoritária que não favorece a participação e que faz com que os indivíduos não queiram participar e acabem odiando a política, num sistema perverso, onde o Estado não oferece o que deveria aos seus cidadãos acaba por criar esse tipo de mentalidade antipolítica.

É preciso resgatar, sobretudo no jovem, a vontade de criticar, participar, atuar politicamente. Talvez, através da formação de uma nova geração cheia de vontade, possamos iniciar a consolidação de uma democracia com qualidade de fato, onde os representantes eleitos possam, de fato, representar os interesses dos representados. Para tanto, é preciso que haja uma formação voltada à aquisição de informações para que se possa escolher e também fiscalizar melhor aqueles que são eleitos.

A qualificação da democracia começa pela construção de uma cultura política mais qualificada, voltada para a construção do coletivo. As atitudes para com a política – atualmente o ódio, a negação – só mudarão quando as pessoas conseguirem deixar o ceticismo e o individualismo de lado – e observar o quanto é importante atuar em prol da sociedade, da coletividade, através da participação política.

Sabemos que não podemos mudar o mundo, ou então resolver todos os problemas da cultura política do país somente estimulando a educação política ou o ensino de sociologia nas escolas. Porém, acreditamos que esse pode ser um dos caminhos virtuosos para iniciar algum tipo de mudança, uma vez que esta precisa vir da formação do cidadão, muito pouco é possível de se mudar em termos de valores e concepções políticas depois da vida adulta. Por isso temos de focar nos adolescentes, nos jovens que estão em processo de formação de suas concepções de mundo.

Acreditamos ser possível dotar os alunos do ensino médio desse espírito de participação e de ação política, a partir das aulas de Sociologia. Mas para que tenhamos uma educação voltada à democracia, seria necessário investir em uma educação pública de qualidade, universal e democrática para que se possa pensa-la como mecanismo de desenvolvimento de uma cultura política que seja volta ao bem comum da população e à valorização da participação efetiva do cidadão na política.

## Referências Bibliográficas

- ADORNO, S. Direitos Humanos. In: OLIVEN, R. G. O.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G.M. **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008.
- ALMOND, G.A.; VERBA, S. La Cultura Política. In: BATLLE, A. (org.) **Diez textos básicos de ciencia política**. Barcelona: Editora Ariel, S.A., 2001.
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização :Uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.10, n.28. São Paulo, jun/1995.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.4, p. 98 -104. São Paulo, 2001.
- BAQUERO, M. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, M. (org.) **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião pública**, vol. 14, nº 2, p.380-413. Campinas, Nov/2008.
- BARBOSA, Maria Valéria.; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima.; SILVA, Vandei Pinto da. **Formação de professores e prática pedagógica: sociologia e filosofia no ensino médio na escola atual**. Comunicação apresentada no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – GT 09 – Ensino de Sociologia. UFPE: Recife, 2007.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A; BECK,U; LASH, S; **Modernização reflexiva**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova [online]**, n. 38, p.223-237. São Paulo, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L.C Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p.7-23. São Paulo, 2009

BRESSER-PEREIRA, L.C. Modernidade neoliberal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - v.29, n.84, p.87-102. São Paulo, Fev/2014

CAMPS, V. **El mal estar de la vida pública**. Barcelona: Grijalbo, 1996.

CARVALHO, A.V.C. **O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados. O Desenvolvimento da Cultura Cívica, propícia à Democracia**. Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor. Brasília, 2009. Monografia de Especialização.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**. São Paulo : Civilização Brasileira, 2001

CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. O ensino de sociologia como problema epistemológico e sociológico. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 1, p. 59-80. Porto Alegre, Jan.-Mar/2014.

COSTA, N. R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.14, v.3, p.693-706. Rio de Janeiro, 2009.

COSSON, R. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. In: **Cadernos Adenauer XI, n.3, Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

DAYRELL, J. A juventude no contexto do ensino da sociologia: questões e desafios. In: Moraes, A.C. (Coord.) **Sociologia: ensino médio (Coleção Explorando o Ensino; v.15)**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

DAYRELL, J.; GOMES, L. N.; LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, n.38, p. 237-25., Curitiba, set-dez, 2010.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.15, n.2, nov./2003.

DUBET, F. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 47, p.289-305. Rio de Janeiro, maio-ago/2011.

FEIJÓ, F. **A sociologia contemporânea na sala de aula: (re)pensando algumas perspectivas para o ensino das ciências sociais no ensino médio**. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, 2012. Dissertação de Mestrado.

FEIJÓ, F. Questões acerca da licenciatura em Ciências Sociais. In: OLIVEIRA, E.A.F.; OLIVEIRA, A. **Ciências Sociais e educação: um reencontro marcado**. Maceió: EDUFAL, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. A Conspiração Contra a Escola Pública (Parte III). In: **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 20, nº 3, p. 425-449. Campinas, Dez/2014.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GUIMARÃES, Elizabeth da Fonseca. Ensino de Sociologia no nível médio: de um passado intermitente à necessidade de reconhecimento presente. **Ensino em Re-Vista**, v. 19, n. 1, p. 81-92. Uberlândia, jan./jun. 2012.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IANNI, O. O ensino das ciências sociais no 1º e 2º graus. *Cadernos Cedes*, vol. 31, n. 85, p. 327-339, Campinas, set.-dez/2011

JINKINGS, N **Ensino de sociologia: particularidades e desafios contemporâneos**. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, vol. 12, n.1, p.113-130. Londrina, jan./jun. 2007.

KELLES, E.; MARQUES, M.E. Parlamento Jovem – uma experiência inovadora em Minas. In: **Cadernos Adenauer XI, n.3, Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

LABPOL. **Relatório de Atividades, Parlamento Jovem Ensino Fundamental**. Texto ainda não publicado. Laboratório de política e Governo – UNESP. Araraquara, 2015a.

LABPOL. **Relatório Descritivo, Parlamento Jovem Ensino Médio**. Texto ainda não publicado. Laboratório de política e Governo – UNESP. Araraquara, 2015b.

LAHUERTA, M. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 10, p. 35-50. Araraquara, 2001.

LAHUERTA, M. **Intelectuais e cultura política autoritária: relações entre conhecimento especializado e senso comum**. Manuscrito não publicado. Laboratório de Política e Governo da UNESP – Araraquara, 2012.

MEUCCI, S. **Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas**. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, vol. 12, n.1, p.31-66. Londrina, jan./jun. 2007.

MEUCCI, S. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 02, n. 03, p.209-232. São Paulo, Jan-Jun/2014.

MEUCCI, S. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 251-260. São Leopoldo, set-dez/2015.

MOISÉS, J.A. Democratização e Cultura de Massas no Brasil. **Lua Nova**, n. 26, p.5 - 51. São Paulo, 1992.

MOISÉS, J.A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n.66, p. 11-43. São Paulo, fev/2008.

MORAES, A.C. ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos Cedes**, vol. 31, n. 85, p. 359-382. Campinas, set.-dez/2011

MORAES, A. Ciência e Ideologia na Prática dos Professores de Sociologia no Ensino Médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? **Educação & Realidade**, v. 39, n. 1, p. 17-38. Porto Alegre, jan./mar. 2014.

MORAES, A.C.; GUIMARÃES, E.F. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: Moraes, A.C. (Coord.) **Sociologia : ensino médio**(Coleção Explorando o Ensino ; v. 15). Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

MORAES, Amaury Cesar; TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. **Um olhar sobre o ensino de sociologia: Pesquisa e Ensino**. Mediações – Revista de Ciências Sociais, vol. 12, n.1, p.93-112. Londrina, jan./jun. 2007.

MORAES, Amaury Cesar; TOMAZI, Nelson Dacio; GUIMARÃES, Elisabeth Fonseca. **Análise crítica das DCN e PCN**. In Seminário Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília: MEC – SEB, v. 1, p. 343-372, 2004.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo: Senac, 2001.

NOGUEIRA, M. A. **Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada**. Ciências Sociais Unisinos, vol. 43, n. 01, p. 46-56. São Leopoldo, jan./abr. 2007.

NOGUEIRA, M.A. Modernidade e pós-modernidade: em busca do sentido da vida atual. **Emancipação**, v. 12, n.1, p.9-19. Ponta Grossa, 2012. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>.

OLIVEIRA, Amurabi. Ensino de Sociologia: Desafios epistemológicos para o ensino médio. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 119, p. 115-121. Maringá, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi. O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa). **Revista Espaço do Currículo**. Vol. 6, n2, p. 355-366. João Pessoa, 2013

POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo. Considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n .2, p. 3-16, São Paulo, 2004.

REVISTA HABITUS. Sociologia no Ensino Médio: Entrevista com Márcio da Costa e Santo Conterato. **Habitus**, v. 7, n. 1, p. Rio de Janeiro, 2009.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 11, n.2, p. 23-47. São Paulo, out./1999.

SANTOS, M.B. Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de sociologia: em busca do mapa comum. **Revista Percursos**, v. 13, n. 01, p. 40 – 59. Florianópolis, jan-jun/2012

SENNET, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, I.L.F. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas In: Moraes, A.C. (Coord.) **Sociologia : ensino médio(Coleção Explorando o Ensino ; v. 15)**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

SILVA, I.L.F. **O papel da sociologia no currículo do ensino médio**. Texto disponível no site do Grupo de Apoio ao Ensino de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/o-ensino-da-sociologia.php>

SINGER, P. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, v.12, n.2, p. 3-20. São Paulo, 1998.

VALLE, L. Ainda sobre a formação do cidadão: É possível ensinar a ética? **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 76, p.175-196. Campinas, Out/2001

VIANNA, M. L. T. W. A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ-UCAN, 1998.

VILLA, F. G. **Individualismo y Cultura Moral**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España Editores, S.A., 2001.

## Documentos Oficiais

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE) Resolução nº 4 de 16 de agosto de 2006. **Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p.15, 21 de agosto de 2006.

BRASIL. Lei Ordinária 11.684 de 02 de junho de 2008. **Altera o art. 36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de junho de 2008.

BRASIL. Conhecimentos de Sociologia. In: **Orientações Curriculares para o ensino médio.** Ciências Humanas e Suas tecnologias. Vol. 3. Ministério da Educação, Secretaria de educação básica, p. 101-133. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf)>. Acesso em: 10/06/2009.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Resolução nº 2, de 30 de Janeiro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Diário Oficial da União. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.